

A sociedade
brasileira **será muito**
prejudicada se esta
PEC for aprovada

CARTILHA ESPECIAL

**ENTENDA O QUE É A PEC
32/2020 E PORQUE SOMOS
TODOS CONTRA A REFORMA
ADMINISTRATIVA**

SE A PEC 32 FOR APROVADA, O QUE ACONTECE?



REDUÇÃO DE JORNADA E DE SALÁRIO

A PEC autoriza redução de jornada, desde que exista redução de salário (Art.37): a redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração.

É O FIM DA ESTABILIDADE

A estabilidade do servidor público existe para que não haja interferência política, assédio moral ou ameaça de exoneração quando o servidor segue as leis.

A Reforma Administrativa acaba com a estabilidade para que os políticos façam ingerência, usem cargos públicos como moeda eleitoral e acabem com a autonomia, cargos de carreira, planejamento a longo prazo e responsabilidade técnica do funcionalismo.

A PEC 32 troca a competência técnica por subordinação. Acaba com o mérito e a profissionalização do serviço público.



INDICAÇÕES POLÍTICAS E CARGOS TEMPORÁRIOS

A PEC 32 cria “cargos de liderança”, nomeados livremente por superiores. Os concursos passam a ter o “período de experiência”, que impõe a concorrência entre os colegas para a vaga no órgão, delegando aos cargos de liderança, nomeados politicamente, decidir quais ingressam. Desta forma, o vínculo passa a ser considerado de “tempo indeterminado”, sem a garantia da estabilidade.

O QUE ELES QUEREM APROVAR?



PRIVATIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A PEC 32 desobriga o poder público de prestar determinada atividade se houver correspondente no setor privado de bens e serviços. Isso gera o princípio de voucher, o que dá direito ao mercado privado de atuar na área de direito social e, na verdade, **TRANSFORMA O DIREITO EM MERCADORIA.**

FIM DA GESTÃO PÚBLICA

Se for aprovada, a Reforma Administrativa vai acabar com os servidores estatutários, substituindo-os por contratos precários por tempo determinado, por terceirização e formas de ingresso sem concurso público (denominadas de “processo seletivo simplificado”) e isso comprometerá os serviços públicos necessários à imensa maioria da sociedade brasileira.



LEI DA MORDAÇA, ASSÉDIO MORAL E SUPERPODER AO PRESIDENTE

Prestem bastante atenção! A PEC 32 torna o princípio da imparcialidade constitucional. Tal princípio é extremamente subjetivo e político, dando margens a assédios e perseguições. Além disso, a PEC dá direito ao Presidente da República, com uma canetada, o poder de criar, transformar e extinguir cargos comissionados, de liderança e assessoramento; criar, fundir, transformar ou extinguir ministérios, órgãos, autarquias e fundações por meio de decreto. **PODE FECHAR QUALQUER HOSPITAL OU UNIVERSIDADE!!!**



O QUE ELES QUEREM APROVAR?



COBRANÇA POR SERVIÇOS E DIMINUIÇÃO DE RECURSOS

A PEC 32 prevê “gestão de receitas próprias” pelos órgãos, desobrigando o Estado a destinar orçamentos para alguns setores. Tal situação poderá estimular a cobrança pelos serviços na busca de “receitas próprias”, abrindo mais ainda as portas para a privatização, assim como dificultará a socialização desses recursos, propiciando a oportunidade de desvio e apropriação indevida dos mesmos..

PRECARIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

A proposta prevê também a priorização do princípio da subsidiariedade, fazendo com que o Estado atue de forma subsidiária, coadjuvante poderíamos dizer, subalternos aos setores empresariais privados na provisão de bens e serviços à sociedade. O Estado auxiliaria e supriria a iniciativa privada em suas deficiências e carências, só substituindo-a excepcionalmente. **A ATUAÇÃO DO ESTADO SERIA A EXCEÇÃO, NÃO A REGRA.**



PEC DA RACHADINHA

A abertura que a PEC dá ao surgimento de “contrato de gestão” é uma forma de se fazer indicações políticas, sem rigor técnico e dá margens para implementação de “rachadinhas” como prática no serviço público.

OUTRAS GARANTIAS PERDIDAS COM A APROVAÇÃO DA PEC 32

1. Fim dos adicionais referentes a tempo de serviço, independentemente da denominação adotada;
2. Fim do aumento de remuneração ou de parcelas indenizatórias com efeitos retroativos;
3. Fim da licença prêmio, licença assiduidade ou outra licença decorrente de tempo de serviço, independentemente da denominação adotada, ressalvada, dentro dos limites da lei, licença para fins de capacitação;
4. Fim da redução de jornada sem a correspondente redução de remuneração;
5. Fim de adicional ou indenização por substituição, independentemente da denominação adotada, ressalvada a efetiva substituição de cargo em comissão, função de confiança e cargo de liderança e assessoramento;
6. Fim da progressão ou promoção baseada exclusivamente em tempo de serviço e
7. Fim das parcelas indenizatórias sem previsão de requisitos e valores em lei, exceto para os empregados de empresas estatais, ou sem a caracterização de despesa diretamente decorrente do desempenho de atividades.

DESMISTIFICANDO AS INTENÇÕES DA REFORMA

A maioria do funcionalismo público se encontra nos municípios e nos estados. E são os salários mais baixos apesar de serem os que mais prestam serviços diretamente à população. Cargos federais praticamente não tiveram alteração significativa de aumento de pessoal, o que torna falsa a tese de que vem ocorrendo um inchaço e gastos excessivos da máquina pública com o funcionalismo. Juízes, militares e classe política, de maiores salários e que podem ganhar acima do teto, estão fora da Reforma.

DESMASCARANDO A MENTIRA DA REFORMA

Perda de capacidade operacional da saúde, educação e assistência social. Não promove eficiência, e sim desorganiza o funcionalismo. Não economiza; entrega o setor público e os direitos sociais para os interesses empresariais. Não existe nenhum fundamento de que a reforma administrativa trará melhorias de gestão ou economia à união. Subordina o servidor público aos interesses políticos e não ao interesse público. Desestimula e debilita o servidor.

NO QUE O GOVERNO E A MÍDIA MENTEM PARA A SOCIEDADE:

DIMINUIR DESPESAS PÚBLICAS

MODERNIZAÇÃO

EFICIÊNCIA E DESEMPENHO

PARASITAS

ALGUMAS MUDANÇAS NA SUA VIDA COM A PEC 32



**ACABA COM A POLÍTICA
DE EDUCAÇÃO**



**SUCATEAMENTO DA
SEGURANÇA PÚBLICA**



**PRECARIZAÇÃO DA
REPARTIÇÃO PÚBLICA**



**FIM DOS ORGÃOS
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**



LENTIDÃO DA JUSTIÇA



FIM DO SUS

COMO VOCÊ PODE LUTAR CONTRA A REFORMA?

01

PRESSIONE DEPUTADOS E SENADORES DE MINAS GERAIS

O Sindsema criou uma carta aberta para que todos os servidores enviem - pelo nosso aplicativo - aos deputados e senadores para que eles votem contra a reforma. Façam valer a sua voz também nas redes sociais e mostrem que eles perderão seu voto se eles votarem a favor. Participe também das audiências públicas que estão acontecendo em todo o país para debater a questão.

CURTA E COMPARTILHE O MATERIAL DO SINDSEMA

Fique atento às nossas redes sociais! Estamos em constante mobilização e muito material tem sido divulgado e debatido. Siga, curta e compartilhe. Participe das campanhas virtuais. Quanto mais gente envolvida, maior a pressão.

02

03

PARTICIPE DOS DEBATES, AUDIÊNCIAS E LIVES

Quanto mais informado sobre a PEC 32, mais formas de fazer uma leitura crítica e politizada. Todas as categorias têm oferecido debates, lives e material explicando os problemas que a Reforma Administrativa acarreta para toda a sociedade. Como esta cartilha, por exemplo.

CONVERSE COM SEUS COLEGAS DE TRABALHO

O diálogo com os colegas de trabalho é uma forma de fazer o discurso político circular no espaço público. Debater os problemas da profissão é militância! Converse com seus companheiros. Mostre a eles como é danosa esta reforma.

04

COMO O SINDSEMA ESTÁ LUTANDO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

- Participando ativamente dos debates e reuniões com outras entidades sindicais de todo o país e alinhando uma postura nacional contra a Reforma e seus impactos negativos aos servidores públicos.
- Criando campanhas, juntamente com outras instituições e sindicatos mineiros, na construção de outdoors que apontam os prejuízos para toda população brasileira, caso a Reforma seja aprovada e mostrando a todos quem são os deputados que votaram a favor.
- Desenvolvendo um alinhamento sindical nacional que prevê todos os problemas os impactos desta Reforma na vida dos servidores públicos e na perda dos direitos sociais para o povo brasileiro, principalmente nas áreas de Saúde e Educação.
- Compartilhando todas as manifestações, carreatas, audiências públicas, lives com sindicatos sobre o tema.
- Criando, desenvolvendo e estimulando o Movimento Grito pela Vida, que começou local e já se tornou nacional, em prol das pessoas que estão passando fome por conta dos problemas causados pela pandemia, como o aumento das situações de miséria e desconstrução social. Realizando eventos e buscando parcerias para levar cestas básicas e materiais de subsistência a quem mais precisa.

COMO O SINDSEMA ESTÁ LUTANDO CONTRA A REFORMA ADMINISTRATIVA

- Deixando claro para todas as pessoas que o cerceamento da postura de policiamento, fiscalização, regularização e de atuação ambiental, realizados pelos servidores do Meio Ambiente, pode causar a desconstrução e desmonte da legislação ambiental e nos impedir de fazer um estudo do impacto ambiental relevante para a liberação de construção, implementação e até renovação de licenças de empreendimentos que impactam diretamente o Meio Ambiente.
- Mantendo um constante diálogo com o governo, com base nesses alinhamentos, para mostrar os impactos negativos da proposta da PEC 32 e solicitando que seja aberto um diálogo com a sociedade para mostrar o que a sua aprovação irá causar na vida das pessoas.
- Compartilhando em nossas redes sociais todas as ações que vêm sendo feitas pelo país e disponibilizando aos nossos servidores e colegas da área ambiental todas as informações e conhecimentos necessários sobre o assunto. O mais relevante é a extensa comunicação que temos feito, alertando a todos sobre os impactos desta Reforma.
- Destacando como essa aprovação levará ao sucateamento das instituições de todos os âmbitos, inclusive as das áreas ambientais, em que atuamos.

VOCÊ E O SINDSEMA NA LUTA CONTRA A PEC 32!

Material inspirado e adaptado da ADUEPB